



Centro Social Paroquial da Freguesia de Recardães

**Relatório de Gestão
31 de dezembro de 2024**

1 – Introdução

O presente relatório é elaborado nos termos do Decreto Lei 172-A/2014 de 14/11 (Estatuto das IPSS) e contém uma exposição fiel e clara da evolução das atividades, do desempenho e da posição da CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução das atividades, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 – RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2024

2.1 – Análise da Situação Económica

A situação económica do Centro Social, apresenta uma evolução em termos de rendimentos e gastos que espelha o índice de concretização dos objetivos e planeamento idealizados, condicionado pelos efeitos da conjuntura económica que vivemos.

No que diz respeito à atividade operacional, esta apresenta um resultado negativo de **5.010.58 euros**, o que evidencia uma evolução positiva, relativamente ao exercício anterior. Quanto aos gastos operacionais, os Gastos com o Pessoal representam **71.12 %** do total dos proveitos sendo superiores às Vendas e Serviços Prestados continuando assim, a ter um peso

significativo na estrutura de custos. e espelha a forte dependência dos apoios estatais, inevitável neste tipo de organizações sem fins lucrativos, de cariz eminentemente social.

[Handwritten signature]
[Handwritten text: Diligência]

As Vendas e Serviços Prestados registaram um ligeiro incremento de **4.84 %** relativamente ao ano anterior, justificada pela retoma de algumas respostas sociais.

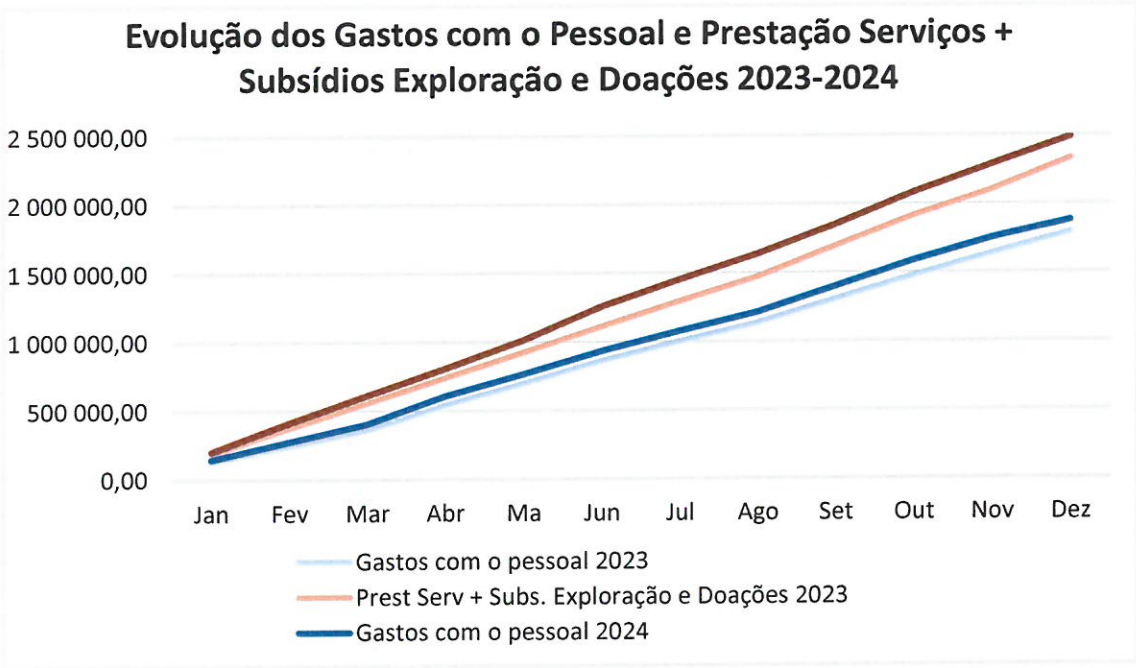
Os Subsídios, doações e legados à exploração sofreram uma variação positiva de **17.26 %** face ao exercício de 2023. Como corolário da entrada em vigor da orientação emanada da CNC, que considera que as comparticipações da segurança social aos acordos típicos, devem ser registadas como um complemento dos serviços prestados aos utentes/clientes e não como um subsídio de entidades públicas. Dessa reclassificação, resultou uma redução dos na rubrica de subsídios no montante de **1.387.767.97 euros**, por contrapartida da rubrica de prestação de serviços. As comparticipações do ISS, tendo por base os acordos atípicos, atingiram o valor de **319.484.00 euros**. As autarquias, nomeadamente a Câmara Municipal, apoiou a instituição com **57.398.16 euros.**, parte significativa desta verba (**57.134.16 euros**) resulta da transferência dos Serviços de Atendimento Social para a esfera da CMA. As candidaturas realizadas junto do IEFPP renderam **43.526.83 euros**. Os donativos recebidos ao abrigo do mecenato social registaram o valor de **13.645.10 euros** em dinheiro e **23.835.91 euros** em espécie.

Os bens do ativo fixo tangível foram registados ao custo de aquisição (IVA incluído, nos casos em que não é dedutível). Os gastos de depreciação e

[Handwritten signature]
Bilal
11/11

amortização foram efetuados pelo método da linha reta ou das quotas constantes e às taxas mínimas legalmente fixadas, atingindo neste exercício a importância de **61.849.37 euros.**

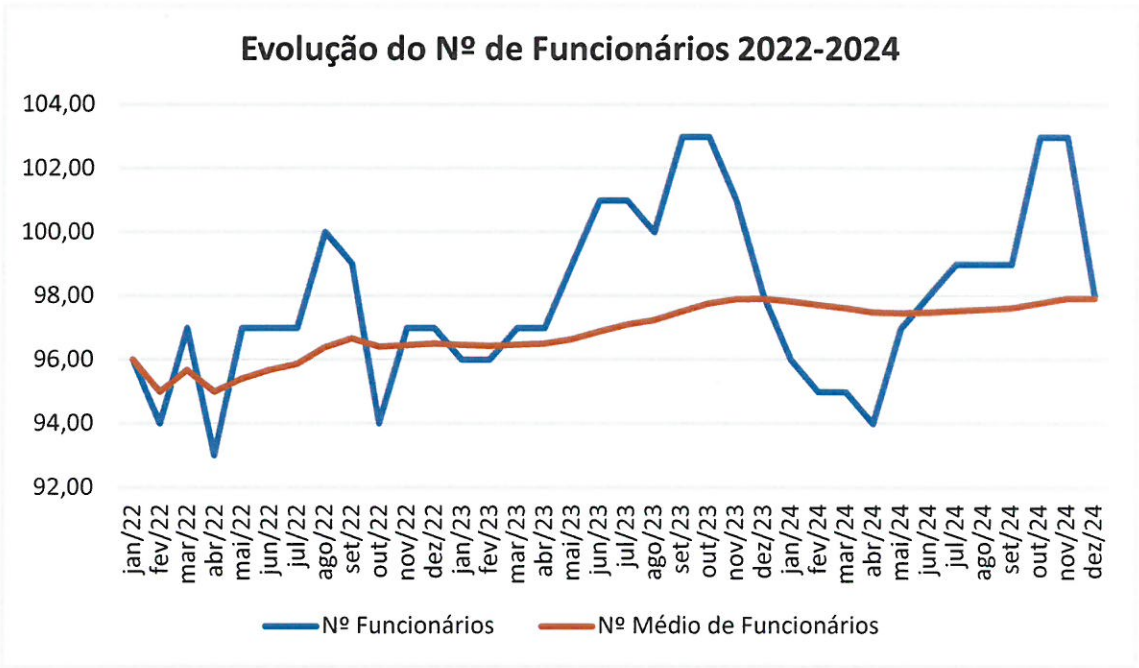
Quanto à estrutura de custos, os custos das matérias consumidas aumentaram **27.101.58 euros**, face ao período homologo. Os Fornecimentos e Serviços Externos tiveram uma diminuição de **57.552.14 euros**. Os gastos com pessoal sofreram um aumento em valor de **88.557.82 euros** e em percentagem de **4.95 %**. O aumento tão significativo dos gastos, tem origem na conjuntura económica que vivemos, nomeadamente o inesperado e forte aumento de preços dos bens alimentares e da energia. A evolução dos gastos com pessoal, reflete a atualização do salário mínimo nacional e o ajustamento que a direção entendeu fazer, relativamente a todos os funcionários, antecipando assim o efeito da nova tabela salarial negociada pela CNIS e os Sindicatos.



Handwritten signature and initials in blue ink.

	2022	2023	2024
1. Prestação Serviços + Subsídios à Exploração e Doações	2 275 507,60	2 330 542,73	2 487 863,76
2. Gastos com o pessoal	1 581 547,61	1 788 733,74	1 877 291,56
3. Saldo (1.-2.)	693 959,99	541 808,99	610 572,20
4. Grau de Cobertura % (3. /1.)	30,50%	23,25%	24,54%

Ao longo dos últimos 3 anos, o grau de cobertura dos Gastos com o Pessoal pelo valor total da Prestação de Serviços + Subsídios, apresentou uma redução significativa, pois a IPSS revela uma extrema dificuldade de conseguir gerar receitas que cubram todos os gastos incorridos. Efetivamente, o peso dos Gastos do Pessoal na estrutura é elevadíssimo, com tendência a aumentar pelo aumento do SMN que afeta profundamente o equilíbrio financeiro da entidade. É fundamental que a Segurança Social possa no futuro vir a apoiar de forma mais significativa o setor social.



[Handwritten signature]
[Handwritten text: Bilal Moreira]
[Handwritten initials: ML]

Rubricas	Períodos		
	2022	2023	2024
Gastos com Pessoal	1 581 547,61	1 788 733,74	1 877 291,56
Nº Médio de Pessoas	97	100	98
Gasto Médio por Pessoas	16 304,61	17 887,34	19 159,04

A tabela anterior apresenta o aumento dos gastos com o pessoal, e do respetivo gasto médio por funcionário ao longo dos últimos 3 anos. É de salientar o aumento significativo de gasto médio por colaborador registado.

O Resultado Líquido negativo apurado no Exercício, no montante de **-66.859.95 euros**, foi influenciado por proveitos de cariz extraordinário, nomeadamente donativos, e imputação de subsídios com carácter plurianual.

2.2 – Análise da Situação Financeira

Analisado o balanço, constata-se o equilíbrio financeiro da instituição, sustentado numa política financeira de rigor.

O passivo não corrente em 31 de dezembro era de **23.880.64 euros**.

O ativo corrente relevava um valor de **292.071.61 euros**. As disponibilidades em caixa e depósitos cifravam-se em **214.580.30 euros**.

No exercício de 2024, não foram constituídas imparidades de dívidas que eventualmente possam ser consideradas de cobrança duvidosa.

Os ativos e passivos financeiros refletem a operacionalidade da instituição.

Autógrafo
1-11

3 – OBJECTIVOS E PERSPECTIVAS PARA 2025

É intenção da Direção para este exercício, cumprir o programa de ação e o orçamento aprovado em novembro de 2024.

4 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS

Assim, nos termos do exposto, a direção propõe o seguinte:

1. Aprovação do Relatório e Contas do ano 2024, tendo em conta o Parecer do Conselho Fiscal;
2. Que os resultados negativos obtidos no montante de - **66.859.95 euros** sejam transferidos para Resultados Transitados aguardando cobertura futura.

5– AGRADECIMENTOS

A todas as Entidades, Pessoas Singulares e Empresas que connosco colaboraram desinteressadamente.

Aos utentes e aos nossos colaboradores que são a força e a razão de ser da nossa instituição.

Aos Corpos Gerentes pelo empenho e dedicação às causas do Centro Social de Recardães.

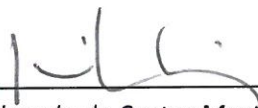
Recardães, 5 de abril de 2025

A Direção,

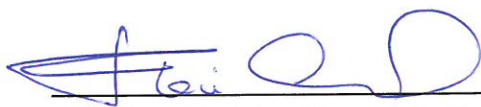

Padre José Luís Sousa Pimenta



Bruno Alexandre Bastos Fernandes



José Eduardo de Castro Martins



Flávia Patrícia Miguel Saraiva da Conceição



Maria Dalila Pires Baptista da Conceição



Centro Social Paroquial
da Freguesia de Recardães

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Modelo para Entidades do Setor Não Lucrativo)

Unidade Monetária: Euros

Modelo para Entidades do Setor Não Lucrativo)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 475 102,49	2 478 863,74
Ativos intangíveis	5	1 364,89	2 446,08
Investimentos financeiros	16.1	22 530,32	22 530,32
		2 498 997,70	2 503 840,14
Ativo corrente			
Inventários	7	15 304,75	11 273,32
Créditos a receber	16.2	50 786,52	55 373,62
Diferimentos	16.4	7 598,52	7 885,90
Outros ativos correntes	16.3	3 801,52	3 442,04
Caixa e depósitos bancários	16.5	214 580,30	367 597,81
		292 071,61	445 572,69
		2 791 069,31	2 949 412,83
Total do Ativo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	16.6		
Fundos		49 879,79	49 879,79
Resultados transitados		1 584 355,87	1 689 488,58
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	10	721 037,18	785 966,69
Resultado Líquido do período		(66 859,95)	(105 132,71)
Total do fundo do capital		2 288 412,89	2 420 202,35
Passivo			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	16.9	23 880,64	23 880,64
		23 880,64	23 880,64
Passivo corrente			
Fornecedores	16.7	30 442,36	52 330,62
Estado e outros Entes Públicos	16.8	45 282,49	43 473,15
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos	6	-	-
Diferimentos	16.4	17 500,00	20 778,02
Outros passivos correntes	16.9	385 550,93	388 748,05
		478 775,78	505 329,84
		502 656,42	529 210,48
Total do passivo			
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 791 069,31	2 949 412,83

Recardães, 5 de abril 2025

Contabilista Certificado

eu - 1557

Direção

[Signature]
[Signature]
[Signature]

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Modelo para Entidades do Setor Não Lucrativo)



Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	3.1.12; 8	2 067 454,77	1 972 028,57
Subsídios, doações e legados à exploração	3.1.12; 10	420 408,99	358 514,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(342 213,57)	(315 111,99)
Fornecimentos e serviços externos	16.10	(422 578,79)	(480 130,93)
Gastos com o pessoal	12	(1 877 291,56)	(1 788 733,74)
Outros rendimentos	10; 16.11	151 418,86	216 501,71
Outros gastos	16.12	(2 209,28)	(5 421,53)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(5 010,58)	(42 353,75)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4; 5	(61 849,37)	(62 774,52)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(66 859,95)	(105 128,27)
Juros e rendimentos similares obtidos	16.13	-	-
Juros e gastos similares suportados			(4,44)
Resultados antes de impostos		(66 859,95)	(105 132,71)
Imposto sobre o rendimento do período	11	-	-
Resultado líquido do período		(66 859,95)	(105 132,71)

Recardães, 5 de abril 2025

Contabilista Certificado

Ce - 15971

Direcção

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2024
(Modelo para Entidades do Setor Não Lucrativo)


Centro Social Paroquial
da Freguesia de Recardães
Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	1	49 879,79	1 689 488,58	785 966,69	(105 132,71)	2 420 202,35	-	2 420 202,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	-	(105 132,71)	-	105 132,71	-	-	-
			(105 132,71)	-	105 132,71	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(66 859,95)	(66 859,95)	-	(66 859,95)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				38 272,76	(66 859,95)	-	(66 859,95)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos				(64 929,51)		(64 929,51)		(64 929,51)
Subsídios, doações e legados								
Outras operações	5	-	-	(64 929,51)	-	(64 929,51)	-	(64 929,51)
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	6=1+2+3+4	49 879,79	1 584 355,87	721 037,18	38 272,76	2 288 412,89	-	2 288 412,89

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023	6	49 879,79	1 516 005,73	800 818,53	173 482,85	2 540 186,90	-	2 540 186,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	173 482,85	-	(173 482,85)	-	-	-
			173 482,85	-	(173 482,85)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				(105 132,71)	(105 132,71)		(105 132,71)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				(278 615,56)	(105 132,71)	-	(105 132,71)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos				(14 851,84)		(14 851,84)		(14 851,84)
Subsídios, doações e legados								
Outras operações	10	-	-	(14 851,84)	-	(14 851,84)	-	(14 851,84)
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	10	49 879,79	1 689 488,58	785 966,69	(278 615,56)	2 420 202,35	-	2 420 202,35

Recardães, 5 de abril de 2025

Contabilista Certificado

22.15551.6

Direção



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024



(Modelo para Entidades do Setor Não Lucrativo)

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		708 923,93	685 239,50
Recebimento de apoios Seg. Social - contratos típicos	2.3	1 387 270,95	1 310 065,24
Pagamento a fornecedores		(763 861,20)	(613 516,27)
Pagamentos ao pessoal		(1 877 324,05)	(1 755 055,90)
Caixa gerada pelas operações		(544 990,37)	(373 267,43)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		449 691,57	386 785,23
Outros recebimentos/pagamentos		(95 298,80)	13 517,80
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(57 718,71)	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	(1 725,85)
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(57 718,71)	(1 725,85)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	(4,44)
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	(4,44)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(153 017,51)	11 787,51
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		367 597,81	355 810,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16.5	214 580,30	367 597,81

Recardães, 5 de abril 2025

Contabilista Certificado

ce 15551 6

Direcção

15/4/25

27p
D. Albaladejo
12/12

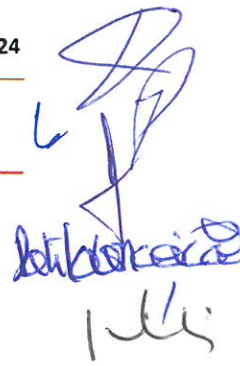
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES

Anexo

31 de dezembro de 2024

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	5
3.1	Bases de Apresentação	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	9
4	Ativos fixos tangíveis.....	18
5	Ativos intangíveis	19
6	Financiamentos Obtidos	20
7	Inventários	21
8	Prestações de Serviços.....	21
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	22
10	Subsídios e outros apoios das entidade públicas.....	22
11	Imposto sobre o Rendimento	23
12	Benefícios dos empregados	23
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	24
16	Outras divulgações.....	24
16.1	Investimentos Financeiros	25
16.2	Clientes e Utentes	25
16.3	Outros ativos correntes.....	25
16.4	Diferimentos	26
16.5	Caixa e Depósitos Bancários	26
16.6	Fundos Patrimoniais.....	27
16.7	Fornecedores	27
16.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	27
16.9	Outros Passivos Correntes	28
16.10	Fornecimentos e serviços externos	29
16.11	Outros rendimentos.....	30
16.12	Outros gastos	30
16.13	Resultados Financeiros	30
16.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	31
17.	Proposta de aplicação dos resultados.....	31



ANEXO

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES

Exercício de 2024

O presente Anexo, relativo ao período económico que termina a 31 de dezembro de 2024, procede à compilação das divulgações que o CSPR considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente a NCRF-ESNL.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Direção, na reunião de 03 de abril de 2025.

1 Identificação da Entidade

O “CSPREC” - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES, NIF 503.495.468, tem sede em Recardães, 3750-722 Recardães, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 127 de 31/05/1996, Série III, com sede em Póvoa da Igreja - Recardães.

Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os habitantes, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as instituições particulares num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

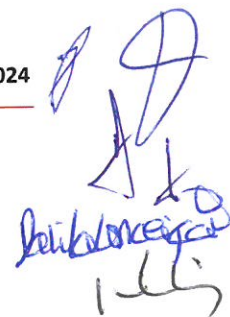
Possui os seguintes CAE's rev3:

CAE principal:

88990 – Outras atividade de apoio social sem alojamento, n.e..

CAE's secundários:

88101 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento



85100 - Educação pré-escolar

88910 - Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento

87301 - Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento

87302 - Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF- ESNL) e outros normativos que tenham sido aplicados

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

2.2 Derrogação das disposições do SNC - ESNL

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Identificação e comentário das contas de balanço, da demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

Em virtude de uma alteração emanada pela Comissão de Normalização Contabilística, na FAQ 39, de 6 de Setembro de 2024 e anuído esse entendimento no Guia Prático da Segurança Social de 05/02/2025, o CSPREC alterou a apresentação na Demonstração dos Resultados referente aos montantes auferidos em resultado de contratos típicos com a Segurança Social, passando a apresentar tais montantes sob a rubrica de Prestações de Serviços que anteriormente eram considerados sob a rubrica de Subsídios. Assumindo que tal entendimento não se enquadra numa alteração de política contabilística, mas sim no entendimento da CNC quanto ao correto registo deste tipo de contratos (que supostamente seria o correto enquadramento), dada a relevância e materialidade da alteração, entendemos que os valores da Demonstração de Resultados comparativas devem ser reexpressos para uma os utentes das Demonstrações Financeiras possam ter uma imagem mais verdadeira e apropriada destas. As alterações também serão objeto de divulgação detalhada nos pontos 8 e 10, que resumidamente altera a apresentação como se segue.

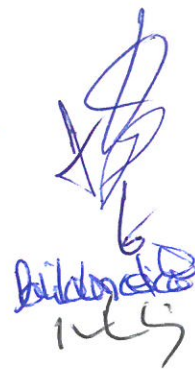
Rubrica	2023	Ajustamento Reexpressão	2023 Reexpresso	2024
Rendimentos e Gastos				
Vendas e serviços prestados	661 963,33	1 310 065,24	1 972 028,57	2 067 454,77
Subsídios, doações e legados à exploração	1 668 579,40	-1 310 065,24	358 514,16	420 408,99

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentamos igualmente uma reclassificação, evidenciando os montantes auferidos em resultado de contratos típicos com a Segurança Social, em linha segregada denominada “Recebimento de apoios Seg. Social – contratos típicos”.

Exceto quanto ao referido anteriormente, as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.



3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins. Mesmo tendo em conta os impactos dos conflitos mundiais atuais com consequentes aumentos dos gastos de estrutura da IPSS, considera-se que a aplicação do pressuposto do princípio da continuidade é apropriado.

3.1.3 Compreensibilidade

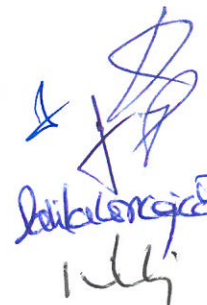
As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou



inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

Handwritten notes:
 6
 Dik...
 1-ES

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas ou reexpressas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.
- Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL) e outros normativos que tenham sido aplicados.

Existiram alterações efetuadas na apresentação na Demonstração dos Resultados tendo em conta novas orientações emanadas pela CNC, FAQ 39, remete-se para o ponto 2.3 anterior em que se efetua tal explicação.

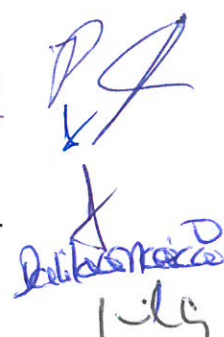
Resumidamente, as alterações influenciaram as rubricas de prestações de Serviços e de Subsídios, da seguinte forma:

Rubrica	2023	Ajustamento Reexpressão	2023 Reexpresso	2024
Rendimentos e Gastos				
Vendas e serviços prestados	661 963,33	1 310 065,24	1 972 028,57	2 067 454,77
Subsídios, doações e legados à exploração	1 668 579,40	-1 310 065,24	358 514,16	420 408,99

3.1.13 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras.



3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, O euro é moeda funcional e de apresentação.

3.2.2 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	6 anos
Propriedade industrial	-
Outros Ativos Intangíveis	-

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

[Handwritten signature and initials]

3.2.4 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20 a 100 anos
Equipamento básico	8 a 40 anos
Equipamento de transporte	8 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	8 a 16 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.5 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros noutras empresas e os outros investimentos financeiros encontram-se registados a custos de aquisição.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out), sendo de realçar que os inventários são constituídos fundamentalmente por consumíveis e bens alimentares, com elevada rotação, ou seja, um stock para poucos dias.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

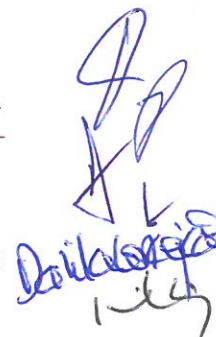
Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.



3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) *“as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”*, pelo que entidade, tendo em conta as atividades desenvolvidas, encontra-se no âmbito desta isenção de IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.12 Rédito e Regime do Acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os valores auferidos junto da Segurança Social em resultado de contratos típicos são considerados rédito do exercício.

Os rendimentos são reconhecidos na data prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo.

3.2.13 Subsídios Recebidos

Os subsídios recebidos são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.



Os subsídios à exploração destinam-se sobretudo à cobertura de gastos da atividade social desenvolvida, incorridos e registados, sendo atribuídos pela Segurança Social para contratos atípicos, Camarários, e com o desenvolvimento de ações de formação e estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os valores auferidos junto da Segurança Social em resultado de “contratos típicos” não são Subsídios e são considerados rédito do exercício.

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações e amortizações dos ativos subsidiados.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, mensurados pelo custo amortizado, na rubrica de “Financiamentos obtidos”.

3.2.14 Gastos e regime do acréscimo

Os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o dispêndio não produza benefícios económicos futuros ou quando os benefícios económicos futuros não se qualifiquem, ou deixem de se qualificar, para reconhecimento no balanço como ativo. São ainda reconhecidos gastos na demonstração dos resultados quando são incorridos passivos sem o reconhecimento de ativos.

Os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, o que significa que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos.

3.2.15 Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, salários, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram

reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Não existem outros benefícios atribuídos ao pessoal para além dos de benefícios de curto prazo, sendo que os Órgãos Sociais não são remunerados.

3.2.16 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas dos ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação destas demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das estimativas.

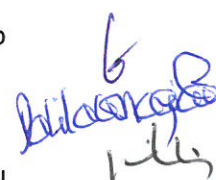
Os principais juízos de valor e estimativas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024 incluíram:

- a) Imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e participações financeiras;
- b) Passivos ambientais;
- c) Imparidade para contas a receber;
- d) Imparidade para inventários;
- e) Vidas úteis e valores residuais de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- f) Reconhecimento do rédito;
- g) Reconhecimento de Subsídios;
- h) Provisões para contingências.

A curto prazo, não se prevê qualquer alteração que possa pôr em causa a validade dos atuais pressupostos e, portanto, não é exetável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes no próximo período de relato.



A Instituição avaliou a atual exposição ao risco de crédito e os eventuais impactos das previsões económicas futuras, tendo concluído que o impacto é reduzido, dado que a ele não tem recorrido.



A Instituição considera que o valor realizável líquido dos seus inventários não é inferior ao seu valor contabilístico, tendo concluído que não são necessários quaisquer ajustamentos aos valores escriturados.

3.2.17 Política de gestão de riscos

A Entidade desenvolve a sua atividade num ambiente que a coloca exposta a diversos riscos, nomeadamente o risco de mercado (que incluem o risco de taxa de juro e de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Alicerçada numa política de continuidade o CSPR monitoriza os riscos de modo a minimizar os efeitos adversos que possam provocar sobre o seu desempenho financeiro.

a) Risco de taxa de câmbio

A exposição do CSPR ao risco de taxa de câmbio é nula.

b) Risco de taxa de juro

A exposição do CSPR ao risco de taxa de juro é nula, dado que não existem empréstimos contraídos.

c) Risco de preço

O risco de preço traduz o grau de exposição da entidade às variações de preço formado em mercado de plena concorrência, relativamente aos serviços sociais prestados aos seus utentes/clientes, bem assim de outros ativos e instrumentos financeiros que a entidade possua, com intenção de venda futura.

Através da monitorização que é feita sobre os preços possíveis de praticar e as perspetivas de evolução futura, é convicção que existe um risco de preço associado às prestações dos nossos serviços, integralmente direcionados para a área de serviços sociais, onde existe uma forte barreira na capacidade de transferência do preço praticado ao cliente/utente face aos gastos incorridos com a prestação dos mesmos, e que, considerando ainda os apoios prestados pela Segurança Social (agora considerados como Prestações de Serviços) e as exigências - com gastos a incorrer de vários tipos e por essa Entidade também exigidos para a prestação desses serviços, poderá resultar em alguns casos que o preço ao cliente poderá não suportar os gastos inerentes aos serviços que em algumas valências estão a ser prestados. O aumento crescente e abrupto de preços que atualmente se regista é para nós também uma preocupação.



d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de incumprimento das obrigações contratuais assumidas por terceiros. A exposição ao risco de crédito está na sua maioria associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional, dos seus clientes/utentes.

Este risco é monitorizado de forma regular através de sistemas de plafonds de crédito concedido, controlo dos prazos médios de recebimento de clientes, análise da evolução do crédito concedido.

Esta análise, dado tratar-se de uma IPSS, atende também a critérios económico-sociais em que a entidade tem a responsabilidade de gerir, nomeadamente situações de famílias que se encontrem a dado momento com maiores dificuldades, facto que não é significado de renúncia imediata à prestação de serviços e atende a um período em que se deve efetuar a melhor análise e solução para a situação em concreto (contactar familiares, negociar pagamentos, entre outras hipóteses). A diminuição crescente do poder de compra das famílias em resultado da pressão inflacionista e endividamento bancário é um risco a que a Direção está consciente e atenta.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez encontra-se relacionado com a capacidade da Entidade para solver as suas obrigações de pagamento dentro dos prazos contratados para o efeito.

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver os compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis que tem sido assegurado.

f) Riscos Operacionais

A IPSS lida com necessidades de recursos humanos em grande escala, sendo este o principal e substancial gasto em que incorre. A gestão destes recursos deve ser efetuada da forma mais eficiente possível e não podem existir recursos em excesso sob a pena de estar a criar gastos que não são compensados por receita. Assim, pode em determinado momento, por exemplo por doenças pontuais em diversos colaboradores, a entidade não conseguir ter os recursos adequados para melhor servir os seus utentes de acordo com as limitações que possam pontualmente surgir. A Direção procura acautelar este risco de forma estratégica, havendo responsáveis que devem reagir imediatamente de forma a que este risco possa criar constrangimentos não pretendidos.

4 Ativos fixos tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2024					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	36 035,56					36 035,56
Edifícios e o. construções	3 499 219,61					3 499 219,61
Equipamento básico	844 312,14	15 462,76				859 774,90
Equipamento de transporte	274 005,08	37 573,16				311 578,24
Equipamento administrativo	516 262,81	3 971,01				520 233,82
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	569 474,62					569 474,62
Total	5 739 309,82	57 006,93	0,00	0,00	0,00	5 796 316,75
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e o. construções	1 201 074,97	36 131,00				1 237 205,97
Equipamento básico	723 694,14	13 912,85				737 606,99
Equipamento de transporte	265 454,38	6 927,27				272 381,65
Equipamento administrativo	506 255,69	3 386,55				509 642,24
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	563 966,90	410,51				564 377,41
Total	3 260 446,08	60 768,18	0,00	0,00	0,00	3 321 214,26
Investimento em Curso	0,00					0,00
Total Líquido	2 478 863,74					2 475 102,49

	2023					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	36 035,56					36 035,56
Edifícios e outras construções	3 499 219,61					3 499 219,61
Equipamento básico	844 312,14					844 312,14
Equipamento de transporte	274 005,08					274 005,08
Equipamento administrativo	516 262,81					516 262,81
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	569 474,62					569 474,62
Total	5 739 309,82	0,00	0,00	0,00	0,00	5 739 309,82
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1 161 578,42	39 496,55				1 201 074,97

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Equipamento básico	710 747,71	12 946,43				723 694,14
Equipamento de transporte	261 463,47	3 990,91				265 454,38
Equipamento administrativo	501 775,76	4 479,93				506 255,69
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	563 187,39	779,51				563 966,90
Total	3 198 752,75	61 693,33	0,00	0,00	0,00	3 260 446,08
Investimento em Curso	0,00					0,00
Total Líquido	2 540 557,07					2 478 863,74

5 Ativos intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	6 485,79					6 485,79
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	77 489,00					77 489,00
Total	83 974,79	0,00	0,00	0,00	0,00	83 974,79
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	4 039,71	1 081,19				5.120,90
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	77 489,00					77 489,00
Total	81 528,71	0,00	0,00	0,00	0,00	82 609,90
Total Líquido	2 446,08					1 364,89

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	6 485,79					6 485,79
Propriedade Industrial	0,00					0,00

2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Outros Ativos intangíveis	77 489,00					77 489,00
Total	83 974,79	0,00	0,00	0,00	0,00	83 974,79
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	2 958,52	1 081,19				4 039,71
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	77 489,00					77 489,00
Total	80 447,52	1 081,19	0,00	0,00	0,00	81 528,71
Total Líquido	3 527,27					2 446,08

6 Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6.1. Quantia das dívidas da entidade cobertas por garantias reais, com indicação da natureza e da forma dessas garantias

Não existem, à data de reporte 31 de dezembro de 2024, empréstimos contraídos pelo CSPREC, nem outras dívidas cobertas por garantias reais. Dado que durante o exercício não contraímos empréstimos de qualquer tipo, não existem juros financeiros.

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2023				2024		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	15 529,23	310 856,08	0,00	11 273,32	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	15 304,75
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	15 529,23	310 856,08	0,00	11 273,32	0,00	0,00	15 304,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				315 111,99			342 213,57
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Prestações de Serviços

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Pelos motivos mencionados no ponto 2.3, os comparativos foram objeto de reexpressão.

Descrição	2024	2023		
		2023 inicial	reclassificação	2023 reexpresso
Vendas	0,00	0,00		0,00
Prestação de Serviços				
Quotas de utilizadores	632 179,95	623 762,69		623 762,69
Creche	9 928,37	24 222,14		24 222,14
Jardins de Infância	67 237,47	71 210,25		71 210,25
C. Atividades de Tempos Livres	36 077,89	30 013,88		30 013,88
Lares Residenciais	74 769,37	70 880,36		70 880,36
E.R.P.I.	341 266,31	315 651,93		315 651,93
Centros de Dia	18 359,50	22 288,06		22 288,06
Apoio Domiciliário	84 541,04	89 496,07		89 496,07
Serviços Prestados-Entidades Públicas	1 387 767,97	0,00	1 310 065,24	1 310 065,24
Creche	305 045,36		267 546,51	267 546,51
Pré-escolar	162 594,35		160 585,60	160 585,60

Descrição	2024	2023		
		2023 inicial	reclassificação	2023 reexpresso
C. Atividades de Tempos Livres	38 767,34		36 894,30	36 894,30
Lares Residenciais	427 923,28		391 617,71	391 617,71
E.R.P.I.	198 213,18		182 198,57	182 198,57
Centros de Dia	17 068,46		19 652,28	19 652,28
S. Apoio Domiciliário	238 156,00		237 286,73	237 286,73
Acompanhamento Social			14 283,54	14 283,54
Quotas e joias				
Outras Prestações de Serviços	47 506,85	38 200,64		38 200,64
Rendimentos de patrocinadores e colaborações				
Juros	0,00	0,00		0,00
Royalties	0,00	0,00		0,00
Dividendos	0,00	0,00		0,00
Total	2 067 454,77	661 963,33	1 310 065,24	1 972 028,57

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não temos conhecimento de qualquer facto que possa dar origem a passivos contingentes ou quaisquer compromissos ou acordos futuros assumidos que devam ser refletidos em Balanço ou que devam ser objeto de divulgação.

10 Subsídios e outros apoios das entidade públicas

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Pelos motivos mencionados no ponto 2.3, os comparativos foram objeto de reexpressão.

Descrição	2024	2023		
	Valor imputado no período	Valor imputado no período	Reclassificação	Reexpresso
Subsídios ao investimento	64 929,51	14 851,84		14 851,84
<i>Valor que falta imputar</i>	<i>721 001,62</i>	<i>785 931,13</i>		<i>785 931,13</i>
Subsídios à exploração	420 408,99	1 668 579,40		358 514,16
Subsídios do Estado e outros entes públicos	363 010,83	1 624 027,55	-1 310 065,24	292 268,85
Dos quais:				
Segurança Social		1 602 334,09	-1 310 065,24	292 268,85
<i>Creches</i>		<i>267 546,51</i>	<i>-267 546,51</i>	<i>0,00</i>

Descrição	2024	2023		
	Valor imputado no período	Valor imputado no período	Reclassificação	Reexpresso
COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES CRECHES		0,00		0,00
PRE ESCOLAR COMP EDUCATIVA		37 480,50	-37 480,50	0,00
PRE ESCOLAR APOIO SOCIAL		123 105,10	-123 105,10	0,00
PRE ESCOLAR COMPENSAÇÃO SALARIAL		0,00		0,00
CENTRO ACOLHIMENTO/ACORDO	319 484,00	292 268,85		292 268,85
Centros de Atividades de Tempos Livres		36 894,30	-36 894,30	0,00
S.A.D. 1		237 286,73	-237 286,73	0,00
CENTRO DE DIA		19 652,28	-19 652,28	0,00
ACOMPANHAMENTO SOCIAL		14 283,54	-14 283,54	0,00
Lar Residencial		391 617,71	-391 617,71	0,00
Lares ERPI		182 198,57	-182 198,57	0,00
I.E.F.P. CENTRO EMPREGO AGUEDA	43 526,83	21 693,46		21 693,46
Subsídios de outras entidades- CMA	57 398,16	44 551,85		44 551,85
Outros (correções de anos anteriores - rendimentos diferidos de subsídios)	0,00	0,00		
Valor dos reembolsos efetuados no período	1 764 386,13	1 668 579,40		1 668 579,40
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração + contratos típicos da Segurança Social	1 764 386,13	1 668 579,40		1 668 579,40

11 Imposto sobre o Rendimento

Divulgação dos seguintes componentes de gasto de imposto sobre o rendimento

Conforme referido no ponto 3.2.11, a entidade encontra-se isenta de IRC no âmbito das atividades que realiza nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Dado que todas as atividades exercidas o foram dentro desses fins, não foi apurado qualquer imposto sobre o rendimento em IRC.

12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2024 e 2023, foram, respetivamente “8” e “8”.

Os órgãos diretivos não usufruem qualquer tipo de remunerações, não possuem adiantamentos, compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza.

PJ
L
bilanço
1-11/1

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de "98" e em 31/12/2023 foi de "100".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 504 469,56	1 441 844,55
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	4 354,58	0,00
Encargos sobre as Remunerações	333 742,35	314 282,95
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	33 300,07	31 779,28
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	1 425,00	826,96
Total	1 877 291,56	1 788 733,74

Outras divulgações sobre benefícios dos empregados

Não existem compromissos em matéria de pensões.

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos.

Não foram assumidos compromissos ou garantias em nome dos colaboradores.

15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Entidade e a Direção.

Não existe até à presente data conhecimento de quaisquer aspetos não financeiros relevantes, nomeadamente situações de caráter laboral, ambiental ou de outra índole que possam pôr em causa a atividade futura da entidade ou suscetíveis de gerar outras responsabilidades ou contingências que não tenham sido reconhecidas ou divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço.

16 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2024	2023
Investimentos noutras empresas	1 662,83	1 662,83
Outros investimentos financeiros (FCT)	20 867,49	20 867,49
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	22 530,32	22 530,32

Na sequência da alteração do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), aprovada pelo Decreto-lei n.º 115/2023, de 15 de dezembro, o FCT poderá ser mobilizado até 31/12/2026 para os fins previstos no referido diploma.

16.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	5 375,81	0,00
Utentes	40 034,90	55 373,62
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	38 639,53	38 639,53
Total	89.426,05	94.013.15

Nos períodos de 2024 e 2023 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade” acumuladas:

Descrição	2024	2023
Clientes		
Utentes	-38 639,53	-38 639,53
Total	-38 639,53	-38 639,53

Avaliamos o risco de cobrabilidade e a Direção entende que não foi necessário efetuar um reforço de imparidades em “Clientes e Utentes”.

16.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00

Descrição	2024	2023
Outros Devedores	3.801.52	3.442.04
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	3.801.52	3.442.04

99
X
16
Bilancio
1-15

16.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
<i>Seguros</i>	<i>7.598,52</i>	<i>7.885,90</i>
Total	7.598,52	7.885,90
Rendimentos a Reconhecer		
<i>Creche</i>	<i>0,00</i>	<i>256,44</i>
<i>Jardim de Infância</i>	<i>0,00</i>	<i>1.933,13</i>
<i>ATL</i>	<i>0,00</i>	<i>1.088,45</i>
<i>PRR – Mobilidade Verde</i>	<i>17.500,00</i>	<i>17.500,00</i>
Total	17.500,00	20.778,02

16.5 Caixa e Depósitos Bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

2024

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	31,72	644 006,63	644 001,40	36,95
Depósitos à ordem	367 566,09	2 611 052,38	2 764 075,12	214 543,35
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total caixa e depósitos bancários	367 597,81	3 255 059,01	3 408 076,52	214 580,30

2023

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 919,76	620 999,50	622 887,54	31,72
Depósitos à ordem	353 890,54	2 842 988,21	2 829 312,66	367 566,09
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total caixa e depósitos bancários	355 810,30	3 463 987,71	3 452 200,20	367 597,81

16.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

2024

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	49 879,79			49 879,79
Excedentes técnicos	0,00			0,00
Reservas	0,00			0,00
Resultados transitados	1 689 488,58		-105 132,71	1 584 355,87
Excedentes de revalorização	0,00			0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	785 966,69		-64 929,51	721 037,18
Subsídios	785 931,13		-64 929,51	721 001,62
Doações	35,56			35,56
Resultado Líquido do Exercício	-105 132,71	105 132,71	-66 859,95	-66 859,95
Total	2 420 202,35	105 132,71	236 922,18	2 288 412,89

2023

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	49 879,79	0,00	0,00	49 879,79
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 516 005,73	173 482,85	0,00	1 689 488,58
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	800 818,53	0,00	14 851,84	785 966,69
Subsídios	800 782,97	0,00	14 851,84	785 931,13
Doações	35,56	0,00	0,00	35,56
Resultado Líquido do Exercício	173 482,85	0,00	278 615,56	-105 132,71
Total	2 540 186,90	173 842,85	293 467,40	2 420 202,35

16.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	30 442,36	52 330,62
Total	30 442,36	52 330,62

Os fornecimentos foram todos realizados em território nacional.

16.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00

Descrição	2024	2023
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 005,49	1 055,44
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	6 893,25	7 952,00
Segurança Social	37 332,04	34 418,12
Outros Impostos e Taxas	51,71	47,59
Total	45 282,49	43 473,15

Handwritten signature and initials:
 P. A.
 Belasoreira
 1-1-25

16.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica de “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar	0,00	0,00		0,00
Cauções	0,00	0,00	0,00	
Outras operações	0,00	0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos	0,00	253 280,86		259 883,83
Outros credores	23 880,64	132 270,07	23 880,64	152 726,70
Total	23 880,64	385 550,93	23 880,64	388 748,05

Os “credores por acréscimos de gastos” incluem uma estimativa de remunerações a liquidar em 2025, com colaboradores no valor de 253.280,86 euros.

O valor de “outros credores” no passivo corrente é referente fundamentalmente a saldos de abonos pertencentes a utentes do CAT e Lar Residencial num total de cerca de 84.000 euros, existindo uma conta de Depósitos à Ordem que são de sua pertença.

Existe um saldo detido pela Fábrica da Igreja, não sendo sua pretensão resgatar tal montante que foi emprestado há vários anos, motivo pelo qual será considerado em passivo não corrente.

16.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	38 065,99	30 711,52
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	142,08
Rendimentos em investimentos não financeiros	847,18	1 331,90
Outros rendimentos	112 505,69	184 316,21
-Correções relativas a períodos anteriores	1 375,89	0,00
-Imputação de Subsídios	64 929,51	14 851,84
- IRS Consignação	1 241,72	1 422,57
-Outros (donativos, ...)	44 958,57	168 041,80
Total	151 418,86	216 501,71

16.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	390,00	60,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Quotizações	565,00	525,00
Outros Gastos	1 254,28	4 836,53
Total	2 209,28	5 421,53

16.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	4,44
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	4,44
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	0,00	-4,44

16.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023	Variação	
			Valor	%
Subcontratos	0,00	0,00	0,00	
Serviços Especializados	127 183,01	107 400,29	19 782,72	18,4
Trabalhos especializados	71 411,89	51 989,21	19 422,68	37,4
Publicidade e propaganda	448,46	295,20	153,26	51,9
Vigilância e segurança	8 455,09	4 214,79	4 240,30	100,6
Honorários	0,00	8 219,91	-8 219,91	-100,0
Conservação e reparação	46 077,14	41 389,30	4 687,84	11,3
Outros serviços especializados	790,43	1 291,88	-501,45	-38,8
Materiais	61 881,08	168 004,55	-106 123,47	-63,2
Ferram. e utens. desg. rápido	16 652,78	10 084,88	6 567,90	65,1
Material de escritório	2 255,90	9 339,43	-7 083,53	-75,8
Artigos para oferta	575,08	714,05	-138,97	-19,5
Outros materiais	42 397,32	147 866,19	-105 468,87	-71,3
Energia e Fluidos	125 762,17	102 424,33	23 337,84	22,8
Eletricidade	62 152,77	37 460,14	24 692,63	65,9
Combustíveis	48 063,89	50 103,82	-2 039,93	-4,1
Água	15 545,51	14 860,37	685,14	4,6
Deslocações, Estadas e Transportes	8 559,42	7 027,01	1 532,41	21,8
Deslocações e estadas	2 730,73	1 839,21	891,52	48,5
Transportes de pessoal	2 605,00	5 187,80	-2 582,80	-49,8
Outros transportes	3 223,69	0,00	3 223,69	
Serviços Diversos	99 193,11	95 274,75	3 918,36	4,1
Rendas e alugueres	13 200,00	14 375,00	-1 175,00	-8,2
Comunicação	5 782,06	6 013,24	-231,18	-3,8
Seguros	19 289,52	14 269,19	5 020,33	35,2
Contencioso e notariado	65,00	0,00	65,00	
Limpeza, higiene e conforto	53 818,98	53 610,66	208,32	0,4
Outros serviços	7 037,55	7 006,66	30,89	0,4
Totais	422 578,79	480 130,93	-57 552,14	-12,0

A rubrica outros materiais não é diretamente comparável com o exercício anterior porque em 2023 contempla uma rubrica extraordinária, incorporando a entrada de bens essencialmente de vestuário e calçado doados por uma loja que encerrou, devidamente fiscalizados pela Autoridade Tributária. O donativo foi considerado nesse ano em outros rendimentos e totalizou o montante de cerca de 125 mil euros.

16.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

É convicção da Direção que o pressuposto para elaborar as demonstrações financeiras numa base de continuidade é apropriado, não havendo intenções nem perspectivas de constrangimentos severos que a impeçam de prosseguir em continuidade.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Direção em: 3 de abril de 2025.

É intenção da Direção para este exercício, cumprir o programa de ação e o orçamento para o exercício de 2025, aprovado em novembro de 2024.

17. Proposta de aplicação dos resultados

Propomos que o resultado líquido de negativo de -66 859,95 euros do exercício de 2024, seja aplicado do seguinte modo:

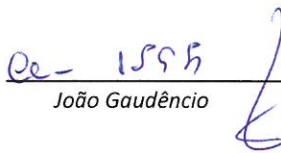
- Para Resultados Transitados..... -66 859,95

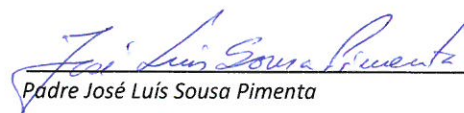
Total..... -66 859,95

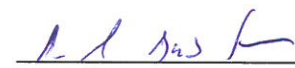
Recardães, 3 de abril de 2025

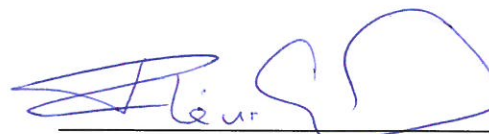
O Contabilista Certificado

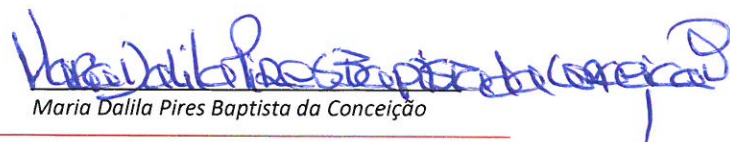
A Direção


João Gaudêncio


Padre José Luís Sousa Pimenta


Bruno Alexandre Bastos Fernandes


Flávia Patrícia Miguel Saraiva da Conceição


Maria Dalila Pires Baptista da Conceição

